



Controle de constitucionalidade é tema de seminário em São Paulo

14/10/2010

O mecanismo para garantir que as normas jurídicas brasileiras estejam de acordo com a Constituição Federal é tema do seminário “Controle de Constitucionalidade no Brasil”, que acontece a partir das 8h30 desta sexta-feira (15/10), em São Paulo. O encontro vai debater os resultados de duas pesquisas desenvolvidas dentro do projeto *Pensando o Direito*, da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

Lançadas em julho, as pesquisas “Processo Legislativo e Controle de Constitucionalidade: as fronteiras entre Direito e política”, desenvolvida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), e “Controle de Constitucionalidade dos Atos do Poder Executivo”, conduzida pela Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), vão reunir representantes dos três Poderes e estudiosos da área para o debate.

O estudo coordenado pelo Cebrap trata da atuação de quem é competente para avaliar a constitucionalidade: as Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, o Supremo Tribunal Federal e o Poder Executivo — que atua por meio de vetos presidenciais.

O objetivo da pesquisa foi identificar os argumentos usados especialmente em relação aos temas de segurança pública, reforma processual e competição política. Além disso, buscou-se traçar um perfil da argumentação de cada um deles e formular hipóteses sobre como as instituições formais figuram no processo político. Para isso, foram analisadas 2.019 proposições legislativas, 12 vetos e 742 acórdãos do STF referentes ao período de 1995 a outubro de 2009.

Dentre as conclusões, a pesquisa apontou que a produção legislativa em matéria de segurança pública aumentou ao longo do tempo, principalmente nos últimos oito anos, e se manteve constante no que se refere à competição política. Porém, do universo pesquisado, apenas um pequeno número de projetos de lei virou norma jurídica, enquanto a maior parte foi arquivada. O estudo destaca a iniciativa do Poder Executivo na apresentação de propostas, autor da maioria dos projetos que se tornaram leis.

A segunda pesquisa, elaborada pela SBDP, sistematizou 831 ações de controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas no STF que discutiam a compatibilidade de atos normativos do Poder Executivo federal com a Constituição. A pesquisa analisou os questionamentos constitucionais, o processamento pelo STF e o resultado da avaliação do Tribunal. De acordo com o levantamento, a maioria das ações seria de autoria de partidos políticos que questionam medidas provisórias recém-aprovadas no Congresso Nacional, muitas vezes sem sucesso. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MJ.*

Serviço

Seminário “Controle de Constitucionalidade no Brasil”

Data: sexta-feira, 15/10/2010



Local: Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP) – Rua Leônicio de Carvalho, 306, 7º – São Paulo, SP

Horário: das 8h30 às 18h30

Inscrições: gratuitas pelo site www.sbdp.org.br ou telefone (11) 3285 1555

Vagas limitadas

[Clique aqui](#) para ver a programação.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2010-out-14/control-e-constitucionalidade-tema-seminario-sao-paulo/>